

NOTA TÉCNICA DE DISPENSA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 02/2025

Fundamentação Legal:

Lei Federal nº 14.133/21, art. 72, inciso VI; e art. 74 da LEI FEDERAL Nº 14.039/2020.

ASSUNTO/Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURICURI, DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES DISCRIMINADAS NO PROJETO BÁSICO.

1. RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/21 Artigo 72 Inciso VI

Inicialmente, toda e qualquer modalidade de licitação, bem como as formas de contratação direta, seja por dispensa ou inexigibilidade, prescinde da escolha do objeto licitado, os motivos pelos quais a administração tomou para si a responsabilidade da compra daquele objeto ou serviço.

No presente caso, o motivo da escolha para contratação direta via inexigibilidade, com a empresa **JOÃO VALERIANO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, CNPJ nº **32.300.847/0001-88**, com sede à Av. Inocêncio Lima nº 192, Centro, CEP:56640-000, Custódia/PE, motivou-se devido a referida empresa, encontrar-se em pleno atendimento aos requisitos do artigo 74, inciso III, alínea “b” e o artigo 72, inciso V da Lei Federal nº 14.133/21. A empresa apresentou toda documentação relativa aos requisitos de habilitação, com as referidas certidões válidas e documentação conforme exigida na lei em vigor, bem como, à qualificação técnica apresentada através de atestado de capacidade técnica, expedida por pessoas jurídicas de direito público, especificamente pela Câmara Municipal, com objetos semelhantes.

Salienta-se, ainda, que o Dr. João Luiz Lima Valeriano Júnior, administrador da sociedade **JOÃO VALERIANO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, tem larga experiência em assessoria junto ao Poder Legislativo .

Diante do exposto, a empresa comprovou possuir uma ampla experiência e conhecimento na área de Direito Administrativo, trabalhos bem executados e satisfatórios em outras Câmaras, assim, auxiliando os Parlamentares/administradores no bom desempenho de suas gestões/funções.

Desta forma, a empresa JOÃO VALERIANO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, detém um rico conteúdo no campo de sua especialidade, tornando suas atividades essenciais e reconhecidamente adequadas à plena satisfação do objeto a ser contratado por esta Casa Legislativa.

2. JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Lei Federal nº 14.133/21, Artigo 72 VII

Conforme estabelece a Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em seu artigo 23, Parágrafo 1º, Inciso II, o preço estimado desta contratação se baseou na coleta de valores extraídos do portal TOME CONTA do TCE-PE, do Tribunal de Conta do Estado de Pernambuco, correspondente ao mesmo objeto ou similar, praticados em três cidades distintas, e que executaram os serviços com três empresas diferentes, no exercício de 2024, conforme documentos anexos. Então vejamos:

Ref./ano 2024: valor mensal

1-CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PESQUEIRA -PE
CONTRATADO: BRENO FREITAS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
ADVOCACIA-CNPJ:47.233.951/0001-74
VALOR MENSAL:R\$ 8.000,00(oito mil reais)
Data da pesquisa: 06/01/2025

2-CONTRATANTE:CÂMARA MUNICIPAL DE GOIANA-PE
CONTRATADO: LIDIANY CAVALCANTE DE MELO SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA-CNPJ:43.911.647/0001-88
VALOR MENSAL:R\$ 8.000,00 (oito mil reais)
Data da pesquisa: 06/01/2025

3-CONTRATANTE:CÂMARA MUNICIPAL DE BEZERROS-PE
CONTRATADO: ANTONIO MELO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ: 49.948.337/0001-14
VALOR MENSAL:R\$ 8,500,00(oito mil e quinhentos reais)
Data da pesquisa: 06/01/2025

Valor Médio Estimado: R\$ 8.166,66 (oito mil, cento e setenta e seis reais e sessenta e seis centavos);

A empresa/sociedade JOÃO VALERIANO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, apresentou uma proposta de preços de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) por mês, totalizando o valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) para o período de 12 (doze) meses, para execução dos serviços objeto do nosso Projeto Básico. Sendo a proposta mais vantajosa.

Com a documentação apresentada pelo proponente ficou comprovado o atendimento aos requisitos de habilitação e de qualificação técnica exigidos na Lei nº 14.133/21. Sendo assim, a empresa está perfeitamente alinhada com o preço praticado no mercado,

sendo A PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA ADMINISTRAÇÃO, e, atendendo aos requisitos previstos em lei.

Ouricuri, 07 de janeiro de 2025.

Emanuel Ferreira de Oliveira
Agente de Contratação